

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE ANÁLISE

SUPEREXPLOITATION OF THE LABOR FORCE: A METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR ANALYSIS

Pedro Henrique Evangelista Duarte¹
Marisa Silva Amaral²

Resumo: O presente ensaio presta-se a uma tentativa de realização de uma análise quantitativa da superexploração da força de trabalho, especialmente através dos mecanismos que permitam vincular a intensificação da exploração da força de trabalho ao processo estrutural de transferência de valor da periferia ao centro. Mais especificamente, nosso propósito é o de esboçar breves notas metodológicas que, em alguma medida, contribuam com os esforços incipientes de análise quantitativa da superexploração, avançando em relação a eles, sobretudo porque nosso ponto de partida se situa precisamente num reconhecimento dos limites desses esforços.

Palavras-chave: superexploração da força de trabalho; transferência de valor; metodologia; análise quantitativa.

Abstract: This essay lends itself to an attempt to carry out a quantitative analysis of the superexploitation of the labor force, especially through the mechanisms that allow linking the intensification of the exploitation of the labor force to the structural process of transferring value from the periphery to the center. More specifically, our purpose is to outline brief methodological notes that, to some extent, contribute to the incipient efforts of quantitative analysis of superexploitation, moving forward in relation to them, above all because our starting point is located precisely in a recognition of the limits of these efforts.

Keywords: superexploitation of the labor force; transfer of value; methodology; quantitative analysis.

Introdução

Em seus estudos no escopo da Teoria Marxista da Dependência (TMD), Ruy Mauro Marini objetivava pontuar um conjunto de elementos que permitissem compreender a forma como o capitalismo se estruturava nas economias capitalistas periféricas e dependentes. A formulação da categoria superexploração da força de trabalho se insere dentro dessa lógica, a partir do entendimento do autor de que se trata

¹ Professor na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG). Contato: pheduarte@ufg.br.

² Professora no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Contato: marisaamaral@gmail.com.

do aspecto que particulariza tais economias, razão pela qual afirma que, na América Latina, temos a conformação de um capitalismo *sui generis*. Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho se estabelece a partir da intensificação dos mecanismos de exploração da força de trabalho – particularmente, o incremento da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho e a redução do fundo de consumo do trabalhador – em condições de transferência estrutural e permanente dos valores gerados internamente nos países dependentes para a economia internacional, o que resultaria na interrupção do ciclo do capital nas economias dependentes. Os mecanismos da superexploração, assim, seriam implementados no sentido de repor o capital transferido e permitir a completude do ciclo do capital nestas economias.

No entanto, no conjunto de sua obra, Marini dedicou pouco espaço à tentativa de uma análise quantitativa da superexploração da força de trabalho, especialmente através dos mecanismos que permitiriam vincular a intensificação da exploração do trabalho ao processo de transferência de valor. Formalmente, suas preocupações estavam mais vinculadas à construção de uma interpretação sobre o funcionamento do capitalismo na periferia, sua estreita relação ao movimento de expansão do capital imperialista a nível mundial, e como as relações de dependência resultantes desse processo só poderiam ser equacionadas a partir da superação do modo de produção capitalista – razão pela qual ganha centralidade em seus estudos, e de outros autores da TMD, os conflitos de classe e os processos revolucionários. Assim que, ainda que de maneira pouco aprofundada, as tentativas de análises quantitativas ficaram muito mais a cargo de seus intérpretes.

Apontado esses elementos, o objetivo do presente texto é avançar na proposição de uma metodologia de análise quantitativa da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes, levando em conta sua vinculação ao processo de transferência de renda característico da inserção destas economias no capitalismo internacional. Para tanto, partiremos de uma breve síntese de algumas discussões que consideramos relevantes acerca da superexploração da força de trabalho, mais no sentido de pontuarmos aquela que nos parece a maneira correta de apreendê-la. Assim, na primeira seção fazemos uma breve descrição da categoria formulada por Marini, no sentido de apresentar as bases de sua formulação teórica. Em seguida, serão descritos alguns estudos que, ainda que com limitações, avançaram no sentido de realizar a mensuração da categoria e, nesse sentido, fundamentar sua concretude nas relações capital-trabalho. Por fim – e por identificarmos certos limites nessas abordagens – buscaremos concluir estas notas pontuando os

elementos que permitam avançar na formulação e proposição, em caráter inicial, de uma metodologia de análise quantitativa da categoria superexploração.

1. O debate teórico

De categoria analítica relativamente bem aceita entre os marxistas na caracterização do capitalismo dependente latino-americano, a superexploração da força de trabalho passou a ocupar cada vez mais espaço como núcleo de intensos debates travados sobretudo em textos e espaços acadêmicos. Dois parecem ter sido os elementos que desataram tais discussões: i) a sugestão de que a superexploração da força de trabalho se manifesta contemporaneamente também nas economias centrais, o que resulta num abandono da percepção tão bem explicitada por Vania Bambirra de que a superexploração é categoria específica e particular do capitalismo dependente latino-americano; e ii) a percepção mais recentemente destacada de que a superexploração da força de trabalho é uma categoria analítica amplamente discutida por Marx em *O Capital*.

Uma clara contraposição a essas duas leituras foi feita por Amaral (2022) e aqui vamos nos associar plenamente a ela, corroborando com suas conclusões a respeito da necessidade de se compreender a superexploração da força de trabalho a partir de sua associação com as transferências de valor. Segundo a autora,

[...] a categoria perde sua significação se não for compreendida a partir do que chamaremos aqui de um par categorial, no sentido de que ela difere de sua categoria matriz justo porque só se manifesta em razão das transferências internacionais de valor que são estruturais na dinâmica de reprodução do capitalismo dependente [...]. (AMARAL, 2022, p. 110)

Assumida desde a apreensão de Marini, em cujos escritos o termo aparece pela primeira vez na literatura marxista, superexploração não seria apenas violação do valor da força de trabalho, senão também intensificação do trabalho e aumento da jornada. A análise formulada pelo autor parte dos desdobramentos do conjunto de relações estabelecidas pela divisão internacional do trabalho, que determinam no bojo do comércio entre países a troca de produtos com diferentes níveis de incorporação tecnológica. Tal aspecto teria como resultado o intercâmbio desigual que, a sua vez, promoveria o processo de transferência de valores. Uma vez sendo os países latino-americanos fornecedores de bens primários – com baixa incorporação tecnológica – determinaria-se portanto a

transferência de seus valores aos países centrais e, por isso, a interrupção do ciclo do capital em tais economias.

O ponto central do debate formulado por Marini se estabelece no fato de que trata-se essa de uma relação estrutural, ou seja, o capitalismo nos países periféricos estaria determinado a se consolidar com base nas relações de transferência de valores – e, por isso, nas relações de dependência. Com isso, quer-se dizer que os capitais mais produtivos, que tendencialmente estão em países centrais, se apropriam de mais valor do que produzem. Os capitais menos produtivos, que tendencialmente estão em países dependentes, produzem mais valor do que aquele do qual se apropriam. Vale, entretanto, a observação de que falar em capitalismo dependente não implica dizer que nestas economias atuam apenas capitais com mais baixa produtividade média ou. É necessário considerar, por exemplo, as transferências de valor que se fazem dentro do mesmo grupo de capital, que pode atuar em áreas com alta composição orgânica do capital e, assim, com alta produtividade. A questão é que, aquilo de extraordinário a ser recebido por essas companhias multi ou transnacionais em razão do seu alto nível de produtividade não entra na circulação interna de capital do país periférico no qual atua; é remetido na forma de lucro para a empresa matriz. Defendemos, então, que aqui está a especificidade do capitalismo dependente: a transferência de valor internacional da periferia para o centro, ou seja, a diferença dialética entre a produção e a apropriação de valor por parte dos diferentes capitais.

Concordamos com Bambirra (1978, pp. 69-70) quando afirma que “[e]l gran aporte de Marini a la teoría de la dependencia fue haber demostrado cómo la superexplotación del trabajo configura una ley de movimiento propia del capitalismo dependiente”. Nosso entendimento é de que a superexploração, sob a ótica quantitativa, é a própria exploração da força de trabalho intensificada, a categoria perde sua significação se não for compreendida a partir do que chamaremos aqui de um par categorial, no sentido de que ela difere de sua categoria matriz – a exploração do trabalho - justo porque só se manifesta em razão das transferências internacionais de valor que são estruturais na dinâmica de reprodução do capitalismo dependente; mesmo quando reconhecemos as exportações de capital que passam a ser operadas por capitalistas periféricos, e que lhes conferem direitos de recebimento de lucros, juros e dividendos – que, entretanto, jamais são superados pelos lucros, juros e dividendos e outras tantas formas de transferência que daqui saem em favor do capital internacional, o que, em termos líquidos, nos dá resultados sempre negativos

neste quesito, explicitando com todos os contornos a suscetibilidade das economias dependentes no nível de sua relação com os centrais.

A superexploração é o desdobramento dessa especificidade do capitalismo dependente (as transferências de valor), que tem que ver com o fato de que, neste último, ocorre uma cisão das fases do ciclo do capital, uma vez que o valor que se produz no interior dos países periféricos, ao invés de ser acumulado internamente, será acumulado nos países do centro pelos capitais que lá se situam.

Sendo assim, o par categorial ao qual nos referimos anteriormente pode ser expresso pela inter-relação indissolúvel que há entre transferência de valor e intensificação da exploração da força de trabalho, esta última apresentando-se através de seus distintos mecanismos que, para o autor, seriam basicamente três. O primeiro seria o aumento da intensidade do trabalho, através do qual o trabalhador passa a produzir, numa mesma jornada de trabalho, uma quantidade de bens superior à que produzia nas condições anteriores. O segundo seria a prolongação da jornada de trabalho, de forma a acrescentar o tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário – ou seja, amplia-se o período de produção dedicado à consecução de valor não apropriado pelo trabalhador. O terceiro se trata da apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador, reduzindo o fundo necessário para o trabalhador garantir sua subsistência, em favor da ampliação do fundo de acumulação do capital. Atuando de forma isolada ou combinada, esses mecanismos seriam, para Marini, as possíveis formas de compensação dos valores transferidos aos países centrais para a manutenção do ciclo do capital nas economias dependentes.

Assim, a superexploração é o aumento da exploração como compensação às perdas oriundas das transferências de valor sentido periferia-centro. Superexploração tem que ver com o impacto que a remessa de valor exerce sobre os trabalhadores. Superexploração diz respeito a um aumento na taxa de exploração em razão dos condicionantes orgânicos da dependência que são os mecanismos de transferência de valor. Numa formalização direta: superexploração é o elo indissolúvel representado por transferência de valor → mais exploração da força de trabalho.

Diante disso, indicamos a possibilidade de haver superexploração da força de trabalho com maior ou menor jornada, com maiores ou menores salários, com maior ou menor intensidade do trabalho, a depender das proporções através das quais estas variáveis se compensam. Isto porque a superexploração envolve a majoração das taxas de exploração, cujos mecanismos se apresentam como a forma fenomênica da

superexploração. Não faz, assim, sentido apartar o tratamento da superexploração daqueles elementos estruturais que são seus determinantes, mais particularmente a inserção subordinada das economias periféricas no plano internacional que impõe a estas economias, de forma orgânica, transferências de excedentes para os países do centro.

A superexploração da força de trabalho seria, então, uma categoria própria à reprodução do capital nas economias dependentes, nos marcos das relações de troca no comércio internacional. Não se trata, simplesmente, de uma ampliação dos mecanismos que permitem o aumento da quantidade de bens produzidos, mas sim da intensificação dos mecanismos que, ao modificar a relação entre o tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, permitem maior extração de mais-valor, num contexto de transferência de renda no sentido periferia-centro. A superexploração da força de trabalho seria categoria central no processo de desenvolvimento capitalista das economias periféricas e dependentes, marcadas estruturalmente pelo processo de transferência de valor, sendo, portanto, a conformação do conjunto de instrumentos que permitem a continuidade do processo de reprodução do capital nessas economias. O importante a destacar é que, embora o aumento da força produtiva do trabalho seja uma forma própria de exploração do modo de produção capitalista, e os mecanismos fundados na maior exploração do trabalhador se estabeleçam por conta do desenvolvimento das forças produtivas, a compensação da renda transferida ao centro só pode se efetivar com base nos mecanismos apontados por Marini, dado o baixo desenvolvimento tecnológico dos países periféricos.

Apresentados esses elementos, passamos então à descrição de algumas análises que avançaram na proposição de uma quantificação da categoria formulada por Marini.

2. Análises quantitativas precedentes

Tentando se contrapor às críticas feitas a Marini de que sua análise seria circucionista, Martins (2009) propõe uma formalização da categoria superexploração, partindo da situação mais avançada descrita pelo autor, referente à ação do mais valor extraordinário entre setores produtivos. Entendendo que a superexploração se torna base do regime de acumulação quando há expropriação de um capital (B) por outro (A), seus mecanismos se tornariam a base do regime de acumulação exatamente quando a expansão do diferencial de produtividade entre os capitais A e B fosse suficiente para neutralizar o movimento de expansão do mais valor em B, ou para torná-lo inferior à elevação da

composição orgânica que o gera, derrubando sua taxa de lucro. Supondo a existência apenas desses dois capitais, e supondo ainda que o ponto de equilíbrio para o capital B é aquele em que o aumento do diferencial de produtividade intercapitalista for equivalente ao crescimento da produtividade em B, o aumento da composição técnica média dos capitais faria com que a elevação da composição técnica de B devesse ser equivalente a 50% do crescimento total da composição técnica média, pois essa seria a única forma através da qual o aumento da produtividade em B se igualaria ao diferencial de expansão da produtividade entre A e B.

Assim, a superexploração ocorreria sempre que o crescimento da composição técnica em B não alcançasse a metade do aumento da composição técnica do capital que determina as condições da concorrência, ou, mesmo quando alcançasse metade ou mais, não conseguisse gerar uma massa de mais valor suficiente para compensar o aumento da própria composição orgânica do capital que a elevação de sua composição técnica propiciaria. A partir disso, propõe um conjunto de equações para mensuração da superexploração, trabalhando com fórmulas de preço de produção em Marx, e, para fins de simplificação, considera tais preços equivalentes aos preços de mercado. Essas equações descrevem (I) o preço de produção de um capital que produz nas condições médias (e, portanto, não sofre perda de mais valor para a concorrência); (II) a situação na qual a perda da massa de mais valor de um determinado capital é função da variação da composição técnica média em relação à sua produtividade; (III) como o aumento da produtividade gerado pelo capital que determina os valores médios é traduzido em elevação de sua massa de mais valor; e (IV) a tentativa do capital expropriado de reagir à perda de mais valor.

De acordo com o autor, duas dessas equações seriam centrais na mensuração da superexploração. Na equação II, seria possível perceber como a introdução do progresso técnico no espaço de circulação das mercadorias dos países dependentes, através do investimento direto, da importação de tecnologia ou da mera concorrência internacional, cria uma depreciação no valor da grande massa de trabalho desses países. Dessa forma, nessa equação seria possível demonstrar como o diferencial de produtividade entre estruturas de produção capitalistas significaria, para o capital desfavorecido, uma perda de mais valor.

Já na equação IV seria possível evidenciar a compatibilidade da teoria da superexploração com a geração endógena de progresso técnico pelas estruturas capitalistas desfavorecidas no processo de concorrência capitalista. Os capitais que

sofrem depreciação de sua mercadoria só seriam capazes de neutralizar a perda do mais valor quando conseguissem elevar sua composição técnica em pelo menos 50% do aumento ocorrido no capital concorrente. Essa situação configuraria o limite técnico a partir do qual atua a superexploração e a articula organicamente com a situação de dependência. Apesar da proposição desse modelo de avaliação quantitativa, o autor nunca desenvolveu nenhum estudo aplicando o mesmo para comprovar a validade da teoria. Além disso, relacionar a superexploração aos diferentes graus de produtividade e, como corolário, sugerir que a superexploração da força de trabalho é resultado da apropriação de mais valor extraordinário pelos capitais mais produtivos³ induz a um equívoco irreparável: a desassociação da superexploração das formas de extração de valor que passam pelo mais valor absoluto e pelo mais valor relativo e, conseqüentemente, a desassociação da superexploração das formas de comando direto do trabalho pelo capital.

Luce (2018) faz uma proposta mais direta de avaliação da categoria em suas manifestações concretas. Para tanto, parte de uma compreensão da superexploração como agudização da tendência negativa inscrita na lei do valor, vale dizer, a exacerbação da lei do valor em seus aspectos alienantes, já que, para o autor, a lei do valor é simultaneamente a assunção e a negação dessa lei.⁴ Para o autor, a força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural nas economias dependentes, provocando o desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais. É mandatório observar que esses efeitos são também enfrentados por trabalhadores cuja força de trabalho é explorada em economias imperialistas. Embora Luce não indique, sua proposição só parece fazer sentido mediante uma análise relativa da questão, ou seja, mediante mensuração da exploração da força de trabalho na periferia em comparação com aquela operada no centro.

Essa percepção apresentada pelo autor é, entretanto, relevante no sentido de que estabelece um nexos importante da categoria: o fato de tratar-se de uma característica

³ Essa apreensão é mais explicitamente assumida por Higginbottom (2010; 2023).

⁴ Vale o registro de que não temos concordância irrestrita com essa percepção. Afinal, como algo pode ser a negação de si próprio? Ao que parece, Luce (2018) entende erroneamente a lei do valor, assumindo que seu cerne está na equivalência entre valores e preços. Aqui sim a dialética se impõe: valores e preços dificilmente se equivalem, exceto por uma imprevisível coincidência. Ocorre que a desigualdade entre valores e preços não é o que nega a lei do valor, mas precisamente o que a confirma! Carcanholo (2013) expõe com muita precisão essa contradição.

intrínseca aos países dependentes, fruto de uma condição estrutural na forma de desenvolvimento do modo de produção capitalista na região. Assim sendo, a superexploração aparece não apenas em setores exportadores – como aspecto diretamente vinculado à reposição de capitais transferidos pelas vias comercial e financeira –, mas sim como um conjunto de instrumentos que se estabelecem e se padronizam numa economia que está organizada a partir das relações estabelecidas no âmbito do movimento internacional do capital, e que resultam na relação de dependência. Isso leva Luce a indicar que a superexploração da força de trabalho não necessariamente requer vinculá-la a um movimento de transferência de valor dentro de um setor específico, mas sim compreender os movimentos históricos da formação do capitalismo na região e a forma como se processa, nos seus termos, a manifestação da lei do valor.

Concordamos em absoluto com a primeira formulação. Nos parece correto falar em superexploração como um “padrão” de relação capital-trabalho que se estabelece em decorrência do processo estrutural de transferência de valor que caracteriza (e condiciona) o desenvolvimento capitalista periférico. Precisamente por isso divergimos da segunda consideração. Havendo concordância de que as transferências de valor figuram como o definidor estrutural das formações econômico-sociais dependentes como tais, de que são o próprio elã da dependência, falar em superexploração da força de trabalho requer sim vinculá-la às transferências internacionais de valor. É isso o que nos permite vislumbrar a superexploração como categoria teórica, aos moldes do que argumenta Carcanholo (2013; 2017). Outra coisa é avaliá-la em suas formas de manifestação, em sua aparência.

Quando passamos a esse nível de análise, por já ter-se estruturado na base da superexploração ou por ter na superexploração a forma típica por meio da qual a relação capital-trabalho se estabelece estruturalmente na periferia desde as origens de sua incorporação na dinâmica de expansão dos capitais imperialistas, segue-se que... a superexploração é a forma típica por meio da qual a relação capital-trabalho se estabelece na periferia! O que tamanha redundância significa? Que, a rigor, ainda que sua apreensão como categoria teórica e que o entendimento de sua especificidade para o capitalismo dependente exijam adotarmos o já mencionado par categorial, sua apreensão quantitativa, fenomênica, não requer vinculá-la necessariamente a um movimento de transferência de valor. Isto é, não serão apenas os trabalhadores ligados aos setores que transferem diretamente valor ao exterior os que terão a sua força de trabalho superexplorada; todos terão, justo por ser essa a forma básica, típica estabelecida para as relações capital-

trabalho no capitalismo dependente. Duarte (2015, p. 12) captura essa questão por meio de um resgate à teoria da marginalidade:

Partindo da noção de que o capitalismo se desenvolve em determinadas regiões com particularidades, pode-se assumir que as categorias características do mesmo podem, em cada caso, também apresentar suas especificidades. É a partir dessa ideia que são elaboradas as distintas interpretações da chamada teoria da marginalidade. De modo geral, a teoria da marginalidade se voltou à tentativa de compreensão das especificidades da formação do excedente de mão de obra em economias capitalistas periféricas, a partir da percepção de que as condições gerais dessas economias impediam uma permanente absorção nos setores mais avançados de parte importante da oferta de trabalho, pressionando esse contingente populacional a se vincular a formas precárias, instáveis e vulneráveis de trabalho – e, por isso, formas de trabalho marginais.

Nesse sentido, a própria formação de um exército industrial de reserva pressiona e fortifica os mecanismos de exploração da força de trabalho. Mais ainda, por estar na composição genética das economias dependentes latino-americanas em razão dos mecanismos históricos de transferência internacional de valor aos quais estão submetidas desde a formação do mercado mundial, a própria existência da superexploração da força de trabalho está na origem de mais superexploração da força de trabalho em outros setores (mais ou menos na linha do que indicou Marx já no Livro I de *O Capital*, de que a existência de trabalho explorado é condição de existência de mais trabalho explorado).

Voltando à análise de Luce (2018), a partir da discussão daquelas que ele entende como as categorias mediadoras da superexploração – a saber, o valor diário e o valor total; o fundo de consumo e o fundo de vida; valor normal, mecanismo de compensação e violação do valor – em perspectiva lógica e histórica, o autor adentra a apresentação de dados que permitem a verificação da categoria nas relações concretas. O elemento central, certamente, parte da análise da transferência de valor e da superexploração como mecanismos de compensação, pois trata-se da relação central na determinação estrutural do capitalismo periférico – de novo, aquilo que nos permite perceber a superexploração como categoria teórica. Para isso, resgata os argumentos de Martínez (1999), que comparou as taxas de mais valor monetárias e de produtividade horária industriais entre países centrais e dependentes. Os resultados alcançados pela autora apontam uma correspondência das economias com baixa produtividade com os países que, a partir de

outras evidências, são considerados dependentes. Além disso, apontou também que, nas economias no âmbito de uma mesma esfera na divisão internacional do trabalho, a relação entre a produtividade e a taxa de mais valor é diretamente proporcional, ao passo que na comparação entre economias de esferas hierarquicamente integradas na divisão internacional do trabalho, essa relação é inversamente proporcional.

É exatamente nos países dependentes em que se encontra uma combinação de alta taxa de mais valor – fruto, especialmente, do elevado mais valor absoluto, predominante nessas economias – e baixa produtividade. Esse é o argumento pontuado pelo autor para provar que, em economias com transferência de valor estrutural, a superexploração se estabelece como mecanismo de compensação. É então que ele avança para a apresentação de dados que confirmem a evidência da categoria.

Para o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, apresenta a comparação entre o salário-mínimo necessário – calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) – e a evolução do salário-mínimo real, mostrando a discrepância entre ambos os valores, com crescimento do primeiro em níveis superiores ao segundo, ampliando, portanto, a distância entre eles. Para o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais apresenta, para um conjunto selecionado de países, informações sobre a evolução da duração da jornada de trabalho semanal na indústria, além de informações sobre o número de assalariados que trabalham mais do que a jornada legal.⁵ Para o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais, apresenta dados sobre o número de acidentes de trabalho no Brasil. Por fim, para o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida, aponta dados sobre a relação entre o consumo de eletrodomésticos e o endividamento das famílias por estrato de renda. Como se pode perceber, o autor propõe uma forma de análise não exatamente a partir das construções de variáveis específicas para cada uma das formas de superexploração, mas sim entendendo que tais mecanismos podem se manifestar num conjunto amplo de aspectos nas relações capital-trabalho.

3. Apontamentos para uma proposta metodológica de análise da superexploração

⁵ Por setor da economia, apenas para a região metropolitana de São Paulo.

O que nos parece evidente a partir das ideias que desenvolvemos até aqui é que qualquer tentativa de mensuração da superexploração da força de trabalho deve enfrentar duas questões. A mais complexa delas diz respeito ao par categorial transferência de valor-intensificação da exploração da força de trabalho, tal como proposto por Amaral (2022) e anteriormente resgatado neste trabalho. Demonstrar concretamente e quantitativamente a superexploração da força de trabalho a partir da percepção de que esta se estabelece como um mecanismo de compensação às perdas de valor internacionais resultantes das transferências estruturais da periferia para o centro é algo que nos parece irrealizável e que tampouco deve ser perseguido. Por uma razão muito simples: esta percepção se situa num nível de abstração mais geral,⁶ que envolve o mapeamento das leis gerais de movimento do capitalismo dependente. Nesse nível de análise, importa entender a superexploração como característica estrutural constitutiva das formações dependentes, compreendendo-a, pois, como traço distintivo e permanente das economias periféricas, como a base sobre a qual se erguem as relações capital-trabalho nessas economias. Toda a questão está situada no nível de abstração em que a análise se encontra, portanto.

Assim, nesse nível de análise importa compreender, como já dissemos, que a superexploração não se verifica apenas em setores que efetivamente transferem valor, mas como um padrão de relação capital-trabalho estabelecido historicamente a partir dos condicionantes estruturais da dependência, estes ligados inexoravelmente ao processo estrutural de transferência de valor. É por isso que a superexploração se estabelece como caráter estrutural da dependência, e não aparece apenas em setores exportadores e deficitários, já que se torna uma tendência nas relações capital-trabalho da periferia. Não faz sentido, dessa forma, propormos uma análise que prove, pelos dados, que a superexploração em um setor é necessariamente resultado das transferências de valor naquele setor – o que, de quebra, derruba a crítica do circulacionismo.

A segunda questão a ser enfrentada na mensuração da superexploração – inclusive facilitada pelo que acabamos de defender – passa pelo reconhecimento de que, concretamente, superexploração é exploração da força de trabalho. Nesse sentido, ir às manifestações concretas da superexploração na tentativa de dimensioná-la nos força a um inescapável retorno a Marx. Se nos seus mecanismos ou formas aparentes ou fenomênicas

⁶ Não tão geral quanto aquele em que se situa Marx, em O Capital, ao tratar das leis de movimento do modo de produção capitalista, mas, ainda assim, num nível intermediário de análise, que busca captar as leis de tendência que se estabelecem em formações econômico-sociais dependentes.

a superexploração é a própria exploração da força de trabalho, a superexploração é, portanto, o trabalho não pago, o tempo de trabalho excedente, a produção de valor que supera o próprio valor da força de trabalho, a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador já não trabalha para si ou para garantir sua subsistência, mas sim para o capital.

Nessa linha, identificamos, seguindo Marini (2000) e muitos de seus intérpretes, quatro formas principais de superexploração que atuam de forma isolada ou combinada: i) o aumento da intensidade do trabalho, ii) o prolongamento da jornada de trabalho, iii) a apropriação capitalista de parte do fundo de consumo do trabalhador, que, então, se converte em fundo de acumulação capitalista, e iv) a ampliação do valor da força de trabalho sem correspondente aumento salarial. Diga-se de passagem que todos esses mecanismos estão inscritos por Marx como os próprios mecanismos de exploração da força de trabalho, explícitos em seu tratamento acerca da “mais-valia absoluta e relativa, salário por tempo e salário por peça, e na própria formulação acerca da lei geral da acumulação capitalista” (AMARAL, 2022, p. 103).

Como destacado, foge aos nossos propósitos neste ensaio apresentar dados sistematizados comprobatórios da superexploração. Antes, nosso olhar está voltado para quais devem ser esses dados, para os indicadores que melhor contribuem com essa avaliação. Ao jogarmos luz sobre os mecanismos acima elencados, limpamos o terreno para alcançarmos mais uma camada em nossa espécie de “descida nos níveis de análise”, em nossa aterrissagem nos aspectos mais próximos à conjuntura propriamente dita. Isso nos leva a sugerir que os principais indicadores a serem mobilizados para a análise concreta da superexploração são: relação entre o salário nominal e o salário real; relação entre o salário mínimo necessário e o salário real; dinâmica da jornada de trabalho; análise das horas *in itinere*; análise de tempos de trabalho não computados; relação entre renda média e consumo; análise do endividamento das famílias e dos níveis de inadimplência. Essa lista está seguramente sujeita a incrementos. No entanto, propõe-se a configurar uma primeira aproximação àqueles que nos parecem os melhores reflexos da superexploração da força de trabalho.

Referências bibliográficas

AMARAL, M. S. (2022). Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: novas reflexões sobre velhas controvérsias. In: MOREIRA, R. C.; MENDONÇA, L. J. V. P. (org.). *Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, pp. 97-117.

CARCANHOLO, M. D. (2013). (Im)Precisões sobre a Categoria Superexploração da Força de Trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea.

_____. (2017). *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis. Una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em <https://www.dieese.org.br/>

DUARTE, P. H. E. (2015). *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 2015.

HIGGINBOTTOM, A. (2010). Underdevelopment as Super-exploitation: Marini's Political-Economic Thought. In: *Historical Materialism Conference*, 13 de novembro de 2010. Londres: SOAS.

_____. (2023). Superexploitation and the Imperialist Drive of Capitalism: How Marini's 'Dialectics of Dependency' Goes beyond Marx's 'Capital'. In: *Monthly Review*, Volume 74, Number 11 (April 2023): 29-53.

LUCE, M. S. (2018). *Teoria Marxista da Dependência – Problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular.

MARINI, R. M. (2000). *Dialética da Dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Ed. Vozes.

MARTÍNEZ, G. (1999). Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 4, junho de 1999, pp. 105-121. Tradução de Marcelo Dias Carcanholo.

MARTINS, C. E. (2009). A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (org.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, pp. 189-216.